

O GT CULTURAS NEGRAS NO PARANÁ: A CONSTRUÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO NO MUSEU PARANAENSE

Tatiana Takatuzi¹
(Setor de História / Museu Paranaense)

RESUMO: Em 2015, prestes a comemorar 140 anos de existência, o Museu Paranaense organizou o Grupo de Trabalho Culturas Negras no Paraná, voltado a analisar e ressignificar a sua função social e educativa. A proposta partiu da constatação sobre a invisibilidade da história e culturas negras no circuito expositivo de longa duração, e visava à abertura de um espaço para discussões com a sociedade com o objetivo de tornar o museu mais inclusivo e participativo. Este texto tem com objetivo realizar o relato da experiência do GT nas pesquisas, organização e curadoria de exposições realizadas no Museu Paranaense, bem como analisar a cultura material e imaterial voltada aos povos negros dentro dos museus tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Culturas afro-paranaenses nos museus. Museu Paranaense. Descolonização. Acervo e patrimônio afro-brasileiro.

THE WG BLACK CULTURES IN PARANÁ: THE CONSTRUCTION OF AN EXHIBITION IN MUSEU PARANAENSE

ABSTRACT: In 2015, about to celebrate 140 years of existence, the Museu Paranaense organized the Black Cultures in Paraná Working Group, aimed at analyzing and resignifying its social and educational function. The proposal came from the observation of the invisibility of history and black cultures in the long-term exhibition circuit, and aimed at opening a space for discussions with society in order to make the museum more inclusive and participative. This paper has as objective to perform the report of the WG's experience in researching, organizing and curating exhibitions held at the Museu Paranaense, as well as analyzing the material and immaterial culture focused on black people within traditional museums.

KEYWORDS: Afro-paranaense culture in museums; Museu Paranaense; Decolonization; Afro-brazilian collection and heritage.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (2001) e mestra em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Coordenadora do Setor de História do Museu Paranaense desde 2011.

O GT CULTURAS NEGRAS NO PARANÁ: A CONSTRUÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO NO MUSEU PARANAENSE

A presença e a representação das populações indígenas e negras nos museus vêm sendo questão de debates intensos nos últimos anos. Uma das molas impulsionadoras dessas discussões foi a implantação das Leis nº 10.693/03 e 11.645/2008², estabelecendo diretrizes e bases para inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. O conteúdo curricular abrangia as escolas públicas e particulares do ensino fundamental a médio e visava ao resgate e reconhecimento desses povos na formação histórica da sociedade brasileira. Tratava-se de resgatar a historicidade que fora negada e invisibilizada enquanto sujeitos e que tiveram suas histórias simplificadas pelo processo de dominação colonial. Aos povos indígenas restou o passado inerte e estático ou a “aculturação” das frentes de ocupação. Aos povos negros, o passado resumia-se à experiência da escravização.

Esses passados refletiram de forma importante dentro dos museus históricos, em especial os instituídos no final do século XIX e início do século XX. À imagem dos museus europeus, os museus brasileiros formaram suas coleções tendo em vista a edificação de uma memória voltada aos grandes eventos, personalidades heroicas e fatos consagrados. O Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense, Museu Histórico Nacional, Museu Julio de Castilhos e Museu Paulista, para citar os mais antigos ainda em funcionamento, possuem em comum, coleções históricas que refletem a uma hierarquização e elitização da sociedade brasileira, tendo nos seus acervos a preocupação na preservação de uma história e memória nacional e regional.

O Museu Paranaense, fundado em 1876 por iniciativa de dois intelectuais da elite paranaense, o político Agostinho Ermelino de Leão e o médico José Candido Murici, surgiu com a finalidade de consolidar a incipiente província paranaense no cenário brasileiro, após a emancipação da Capitania de São Paulo. Seus fundadores vislumbraram na instituição uma forma de realizar a coleta, a exposição e a difusão das riquezas naturais, agrícolas e industriais do Paraná, com o objetivo de figurarem nas exposições nacionais e internacionais, como grande parte dos seus congêneres na época. Na gestão de Romário Martins como diretor da instituição de 1902 a 1928, foi visível a construção de uma identidade regional por meio do Movimento Paranista³. Voltado à construção de uma história regional, as aquisições do acervo eram pautadas por biografias, genealogias, vultos

² A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003.

³ Com ideais positivistas de progresso o Paranismo foi movimento intelectual, artístico e literário voltado à construção de uma identidade paranaense por meio da criação de mitos, símbolos e signos.

e grandes eventos históricos, como é possível perceber na coleção da pinacoteca do Museu, formada por personalidades da elite paranaense que viam a doação com finalidade de perpetuar suas memórias na sociedade. Em sua gestão é possível perceber grandes aquisições de material arqueológico e etnológico, por conta de seu interesse no exotismo dos povos indígenas e na veiculação do mito do bom selvagem, que por sua vez camuflava os conflitos dos índios com as frentes coloniais. Em suas publicações, Romário Martins propagou a hierarquização e a superioridade de uma identidade étnica no estado, por meio da exaltação ao imigrante europeu:

Em todas as zonas povoadas do Estado, os elementos étnicos da segunda fase do nosso povoamento estão representados por imigrantes ou por seus descendentes de origem alemã, austríaca, italiana, polonesa, russa, ucraniana, holandesa, sírio-libanesa, em grande número, e por várias outras etnias de menor vulto. Conjuntamente com os descendentes dos povoadores fundamentais, essa população por toda a parte aí está construindo a Babel de todas as raças, irmanadas na mesma obra civilizadora, integrada no espírito novo, de cooperação e de fraternidade, com que marchamos para o futuro. (MARTINS R., 1995, p. 351-352 In: CARVALHO, 2016: 30).

A construção de um território formado por imigrantes europeus difundiu-se na historiografia paranaense, propagando a visão de uma nação homogênea branca e europeizada que eliminava, por sua vez, a presença dos povos afro-paranaenses e do processo de escravização. Como relata Wilson Martins:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. [...] (MARTINS W., 1989, p. 446 In: CARVALHO, 2016: 43).

Mesmo quando esteve presente no discurso fundador do Estado do Paraná, a população negra foi refletida negativamente:

Fetichistas ao extremo, adoravam ídolos de grosseira confecção e até mesmo simples pedaços de osso, penas, etc. [...] Como artistas foram detestáveis. Os seus trabalhos de pintura eram de uma infantilidade sem progresso, e a sua escultura era informe. [...] Os sentimentos dos negros escravizados em nosso país eram, em regra, os melhores possíveis, embora sua pouca capacidade de assimilação da cultura ariana se mostrasse desde logo evidente (MARTINS R., 1995, p. 154 In: CARVALHO, 2016: 26).

Esta visão inferiorizava a religião, a arte, a cultura dos negros, visto como elemento negativo em contraposição à cultura do imigrante. Raça, história e cultura foram hierarquizadas numa relação de dominador x dominados. Nos museus, a visão colonizadora e eurocêntrica da história e da historiografia suprimiu os protagonismos dos povos negros e imprimiu a não identificação e preservação à memória desses povos. Historicamente concebido como instituição voltada às elites paranaenses e, sobretudo, curitibanas, o Museu Paranaense foi propagador de uma história unilateral: a do homem branco, pertencente às oligarquias econômicas, políticas, sociais e culturais, onde a população negra não foi e não se sentia representada. Ao longo de sua existência, o museu foi precursor e legitimador de discursos e narrativas que negaram a presença negra, seja nas exposições, no seu acervo, nas suas políticas de aquisição e no seu corpo de funcionários.

Em análise sobre o circuito de longa duração do Museu Paranaense⁴, a historiadora Martha Becker Moralles percebeu não somente lacunas, mas ausências, sobretudo a ausência do conflito e da tensão social, imprimindo uma falsa ideia de passividade e harmonia da sociedade paranaense. As lacunas foram muitas: mulheres, crianças, movimentos sociais, personalidades negras e religiosidades:

Não há, no entanto, qualquer menção a outras religiosidades, como as africanas, por exemplo. Aliás, os africanos deslocados à América são lembrados tão somente por sua condição cativa, vitimada pela opressão dos grilhões de uma única vitrine. Quaisquer possibilidades de resistência negra e sua vida no mundo do trabalho livre, bem como seus hábitos cotidianos ou contribuições étnicas ficam relegados às exposições temporárias, sem espaço no circuito de longa duração (MORALLES, 2014: 306-307).

A singular referência aos povos africanos remetia ao processo de escravização, mostrado por uma vitrine baixa, coberta por tecido rústico, onde se encontravam objetos relacionados à contenção e castigo: grilhetas, tronco de madeira, vira-mundo, algemas para punhos, algemas para pés e mãos e uma grande corrente que prendia pescoços. Tais objetos, mencionados como pertencentes ao processo de escravização e usados em escravos, vinham sendo replicados continuamente nas exposições do Museu, tornando-se

⁴ O circuito de longa duração do museu, feito em 2003 por ocasião de mudança de sede, constituía-se numa narrativa cronológica do processo de ocupação territorial do Estado de 4000 a.C. à segunda metade do século XX. A exposição contemplava a presença dos primeiros povos primitivos constituintes do território, os povos indígenas, a colonização jesuítica e luso-brasileira, rotas comerciais como o tropeirismo e o ouro, a emancipação política do estado, Curitiba provincial, a monarquia imperial portuguesa e o Império de Dom Pedro II, conflitos militares e civis do final do século XIX e início do XX e a educação. Desde 2003, quando da inauguração deste circuito, tais exposições tiveram poucas modificações expográficas e de conteúdo. As exceções foram: em 2015, quando foi inserido o tema "Indústrias Paranaenses", e em 2017, sendo inaugurado o tema "Imigração no Paraná".

imagens sacralizadas no imaginário dos visitantes. A origem de sua aquisição, porém, era proveniente da Cadeia Municipal de Curitiba, adquiridas por doação na década de 1950, informação que estava oculta na etiqueta ao público⁵.

Mendonça e Ramos atribuíram a grande força simbólica dessa mostra, ao associar a história dos afro-paranaenses à experiência da escravidão, resumida à violência:

Ao, de certa forma, naturalizar a violência e restringir a narrativa histórica relativa a essa população ao processo de desumanização e de submissão realizada no contexto da escravidão, a representação dos negros no museu tende a constranger os visitantes de ascendência africana, fazendo com que eles não a legitimem e que com ela não se identifiquem (MENDONÇA & RAMOS, 2017: 17).

A classificação museológica desses instrumentos seguiu os caminhos de uma historicidade estigmatizada e genérica, voltada unicamente para o processo de opressão e violência ao povo negro. A estes, restaram apenas a experiência da escravidão subjugados ao processo colonial, sendo invisibilizados e discriminados nos séculos seguintes. Frente a essas questões, a equipe e a direção do Museu instituiu o Grupo de Trabalho voltado à Cultura Negra no Paraná.

Constituição do GT de Culturas Negras no Paraná

Em 2015, o então diretor do Museu Paranaense, Renato Augusto Carneiro Junior, realizou um convite direcionado a membros da comunidade na cidade de Curitiba com o intuito de trocar conhecimentos e experiências a respeito da diversidade no Museu. O convite dizia respeito à criação do Grupo de Trabalho de Culturas Negras no Paraná, século XX e XXI, e tinha como objetivo avaliar e ressignificar sua narrativa expográfica referente à história do negro no estado. A finalidade do convite descrevia:

Prestes a completar 140 anos, o Museu Paranaense está em processo de ressignificação de sua função social e educativa. Dentro desta perspectiva constatamos a invisibilidade das culturas negras no circuito expositivo do Museu Paranaense. Com o objetivo de abrir um espaço de discussão para refletir sobre esta temática propomos instituir o Grupo de Trabalho: Culturas Negras no Paraná no século XX e XXI, sendo uma de suas finalidades elaborar projetos expográficos de curta e longa duração.

O convite foi direcionado a professores, acadêmicos, estudantes, especialistas e interessados sobre culturas negras, membros de diversos núcleos do movimento negro da

⁵ Para maiores informações sobre este tema, ver MENDONÇA & RAMOS, 2017.

capital, representações religiosas, políticas e culturais envolventes no tema⁶. Durante o ano de 2016 foram realizadas reuniões mensais que envolveram atividades com discussão bibliográfica, levantamento de acervo, visita ao circuito de longa duração, às reservas técnicas e palestras e falas de convidados como Glauco Souza Lobo⁷. As reuniões subsidiaram discussões voltadas às lacunas e inconsistências sobre a contribuição histórica das populações negras, como a vitrine descrita anteriormente, que associava de modo unilateral e negativo a escravização dos negros no estado. Este mesmo local foi destinado à nova exposição a ser instituída, tanto pela necessidade de ressignificar os objetos ali presentes, como respeitar a temática cronológica do circuito.

Ao longo do ano de 2017, as reuniões foram esporádicas e voltadas à construção de uma proposta que abrangesse as comunidades afro-paranaenses como sujeitos e agentes na história do Paraná. O GT voltou-se a temas variados, envolvendo uma temporalidade que contemplasse o passado às lutas contemporâneas, contendo aspectos culturais, religiosos, simbólicos, materiais e imateriais, bem como locais, grupos e personalidades representativas para a história dessas comunidades. A estrutura ficou definida por três linhas temáticas: Trabalho e Escravidão, História e Memória, Tradições Culturais de Matrizes Africanas.

Definido os eixos temáticos as equipe do Setor de História e de Antropologia iniciaram as pesquisas no acervo do museu que poderiam compor a exposição. A pesquisa não ficou restrita ao acervo do Museu, e nem poderia. Os limites impostos pela escassez de cultura material afro-paranaense no museu e a necessidade de ir além dessa materialidade, fizeram com que expandíssemos para outros acervos⁸ e coleções particulares. Além das pesquisas, membros do GT sugeriram a inserção de trabalhos já finalizados, como o “Mapeamento de Clubes Sociais Negros do Paraná”, realizado pelo IPHAN em 2014, e “Lugares de Axé”, pesquisa de 2016 em edital de incentivo à cultura da Fundação Cultural de Curitiba. Esses estudos proporcionaram uma seriedade e solidez metodológica aos

⁶ O GT teve a coordenação dos técnicos do museu Maria Fernanda Maranhão, coordenadora do Setor de Antropologia e do historiador René Wagner Ramos, do Setor de História. Ao todo, o GT reuniu cerca de 40 pessoas, dos quais 18 se envolveram mais ativamente nas pesquisas, curadoria e montagem da exposição: Brenda Santos, Geslline Giovana Braga, Joseli Mendonça, Patrícia Martins, Renato A. Carneiro Junior, Tatiana Takatuzi, Amanda Lima Duarte, Paulo C. Drosda, Wesley M. P. de Oliveira, Ellen Cunha do Nascimento, Deise Falasca de Moraes, Gerson P. Tuleski Jr., Esmerina Costa, Janete dos Santos Gomes, Maurício Andre Ielen, Rodrigo de Almeida, Milah Gouveia e Suellen Regina Inouhe.

⁷ Personagem importante na defesa da cultura afro-brasileiro, da comunidade umbandista e do movimento negro na capital. Fundou o Instituto Ilu Aye Odara e o Instituto Clóvis Moura. Foi presidente de Escolas de Samba, diretor executivo da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), Secretário de Turismo e cidadão honorário de Curitiba. Faleceu em 2019.

⁸ Arquivo Público do Estado do Paraná, Casa da Memória (FCC), Círculo de Estudos Bandeirantes, Sociedade Beneficente Operária 13 de Maio, Biblioteca Pública do Paraná, Instituto dos Advogados do Paraná, Museu da Imagem e do Som, Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado (CPC), entre outros.

temas abordados e, ao mesmo tempo, trouxeram dados contemporâneos dos movimentos sociais negros e suas lutas.

Grande parte do material adquirido foram digitalizações de imagens e documentos obtidos em pesquisa, que foram incorporados em painéis com plotagens adesivadas de acordo com os eixos temáticos. A exposição contemplou quatro painéis, que estão aqui descritos:

1) Painel Trabalho e Escravidão

O tema teve curadoria da prof. Dra do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná Joseli Mendonça, e foi composto por um texto curatorial, documentação do Arquivo Público do Estado do Paraná e pequenas notícias de jornais paranaenses. As fontes históricas enfocavam a resistência sobre a escravização: as fugas, os processos judiciais de reivindicação dos direitos como escravizados ou libertos, dele mesmo ou em nome de seus filhos. O agenciamento dos povos afro-paranaenses foi representado também por meio do trabalho, na ocupação de vários ofícios, amostrados em notas de jornais nas quais ofereciam serviços de sapateiro, carroceiro, etc. Uma imagem de aquarela pintada por Jean Baptiste Debret sob o título “Cidade de Curitiba”, ilustra o trabalho negro na construção da capital, na edificação das casas e calçadas. Os negros foram trabalhadores na produção da erva mate, produto que alavancou a economia do estado. E, no interior, na cidade da Lapa dos anos de 1920, o fotógrafo Guilherme Gluck captou o ofício de um açougueiro, e também um homem e uma mulher exercendo a profissão na área da saúde.



Imagem 1: Painel Trabalho e Escravidão

2) Painel Comunidades Quilombolas:

As Comunidades Remanescentes de Quilombos foram um ponto importante na exposição, tanto por sua representação no processo de resistência mas, sobretudo, para desmistificar a ideia de um território homogêneo e branco. Foram protagonistas em lutas pelo fim da escravidão, em prol da conquista da sua liberdade, e atualmente se empenham ao embate contra o racismo e o reconhecimento e valorização de sua identidade. O mapa baseou-se em pesquisa realizada pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura⁹, identificando 38 Comunidades Remanescentes de Quilombos em um grande painel do mapa do Paraná, indicando a sua localidade, juntamente com fotografias dessas comunidades. As imagens fazem parte do acervo do Museu Paranaense e foram doadas pela então funcionária da instituição, Fernanda Castro, quando atuou no Grupo Clovis Moura realizando o inventário dos grupos negros rurais. Um módulo com objetos das comunidades quilombolas constitui uma das poucas vitrines da exposição, demonstrando a escassez da cultura material existente no museu sobre os povos afro-paranaenses.



Imagem 2: Painel Comunidades Quilombolas no Paraná

⁹ De 2004 a 2010, o GT Clóvis Moura inventariou mais de 90 grupos descendentes da população negra no Estado, situando-as como Comunidades Remanescentes de Quilombo, "Terras de Preto" e Comunidades Negras Tradicionais, Rurais e Urbanas. Desses, apenas 38 estão certificados pela Fundação Palmares. O Grupo teve como objetivo diagnosticar a situação socioeconômica e cultural desses grupos, e recuperar suas histórias.

3) Painel História e Memória

O painel teve como mostra os locais de sociabilidade e lazer de expressiva participação da população afro-paranaense. Destacaram-se pontos de religiosidade como a Igreja de São Benedito na cidade de Morretes e a Igreja do Rosário dos Pretos na cidade de Curitiba, constituídas por Irmandades Negras, escravos, alforriados e livres, que atuavam na ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visitas aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maus tratos de seus senhores e ajuda para comprar ou negociar a alforria.

Na capital, a Sociedade Protetora Beneficente dos Operários, mobilizava trabalhadores em lutas operárias, enquanto agremiações como o Grêmio Operário Flor de Maio, reuniam mulheres que auxiliaram na perpetuação de Clubes como a Sociedade 13 de Maio.

Os momentos de sociabilidade e lazer também foram mostrados nos Clubes Sociais Negros espalhados pelo interior do estado¹⁰. Surgidos no período pós-abolição, os Clubes tinham caráter beneficente, recreativo e cultural, promoviam a alforria de escravos e sua alfabetização, tinham forte protagonismo feminino e eram vinculados a grupos abolicionistas, irmandades religiosas e trabalhadores.

O eixo ainda contemplou a memória de personalidades paranaenses que do anonimato tornaram-se sujeitos de sua própria história. São biografias que contam trajetórias e protagonismos como a primeira engenheira negra do Brasil Enedina Alves Marques, a mulher assassinada que se tornou santificada Maria Bueno, a escritora Maria Nicolas, a poetisa Laura Santos, o compositor e regente Benedito Nicolau dos Santos, o advogado João Pamphilo d'Assumpção, a atriz Odelair Rodrigues, o cantor Lápis, entre muitas outras personalidades que foram inseridos em QRcode.¹¹

¹⁰ O “Mapeamento de Clubes Sociais Negros do Paraná” foi um trabalho realizado pelo IPHAN em 2014 por meio da consultoria antropológica da Dra. Geslline Giovana Braga. Foram mapeados 6 Clubes Sociais no estado do Paraná: Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio (fundada em 1888), Clube Literário e Recreativo 13 de Maio de Ponta Grossa (fundado em 1889), Clube Rio Branco, de Guarapuava (fundado em 1913), Sociedade Recreativa dos Campos Gerais, de Castro (fundada em 1921), Clube Estrela da Manhã, de Tibagi (fundado em 1934) e Associação de Recreação Operária de Londrina (AROL) (fundada em 1950).

¹¹ Por questões de espaço e de design, as biografias de personalidades ficaram no painel junto ao tema sobre religiosidade de matriz africana, e as “Expressões culturais” ficaram junto ao painel “História e Memória”.



Imagem 3: Painel Espaços de Sociabilidade e Lazer, Expressões Culturais e Clubes Sociais Negros do Paraná

4) Painel Tradições Culturais de Matrizes Africanas

O eixo foi abordado por meio de expressões culturais significativas no estado, tais como a Congada da Lapa, o Boi de Mamão, o Carnaval, a Capoeira e a religiosidade. A Congada da Lapa constitui um dos poucos acervos de maior volume no Museu Paranaense sobre os povos negros. Trata-se de conjunto material formado por documentos, vídeos, fotografias, instrumentos musicais, objetos e indumentária que foram produzidos e adquiridos entre 1940-1950 pelo então diretor José Loureiro Fernandes e por Vladimir Kozák¹². Esta manifestação da cultura popular negra, remonta ao período colonial e possui referências portuguesas e dos reinos do Congo e Angola. Mantida tradicionalmente pela

¹² Vladimir Kozák produziu uma série de materiais filmográficos, fotográficos, artísticos e documentais durante o período que trabalhou no Museu Paranaense (1938-1978). Parte de sua coleção, atualmente sob a guarda do Museu Paranaense, foi selecionada no edital MoWBrasil em 2017, sendo parte do Programa Memória Mundo da Unesco-Brasil.

família Ferreira na cidade da Lapa (PR), tornou-se uma herança cultural marcada pela resistência à escravidão, conferindo identidade, visibilidade e memória a seus descendentes.

Outra manifestação popular identificada na cidade da Lapa foi o Boi-de-mamão, encenação de folguedo em que constava a presença do boi, da cabra e outros personagens, conhecido em outras regiões como o bumba-meu-boi.

O carnaval no Paraná foi representado pela Colorado, primeira escola de samba de Curitiba, formada por Ismael Cordeiro, o Maé da Cuíca, que teve seu acervo doado ao Museu Paranaense em 2016. Nascida na antiga Vila Tassi, a Colorado aceitava entre seus membros pessoas negras, pobres e todos os marginalizados da cidade. Sua genuinidade conquistou o respeito do carnaval da elite de Curitiba, levando para a rua a arte e a cultura negra.

Um das expressões mais conhecidas no país, ligadas à ancestralidade negra e à resistência escrava do povo negro no Brasil trata-se da Capoeira. O Ofício de Mestre e a Roda de Capoeira foram registrados como patrimônio cultural imaterial do Brasil em 2008, no Livro das Formas de Expressão e no Livro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Paraná a capoeira Regional e Angola se instalaram a partir dos anos de 1970, contudo é possível que alguns capoeiristas tenham se estabelecido ainda no século XIX. Segundo tradição oral, da canção "Paranauê", alguns atribuem ser uma música de infantaria, cantada pelos escravos que vinham do Paraguai ao Paraná, retornando da Guerra da Tríplice Aliança.

Por fim, o eixo retratou a questão da religiosidade de matriz africana através do projeto "Lugares de Axé", que inventariou seis terreiros de candomblé em Curitiba e região metropolitana. Este trabalho teve a finalidade de explicitar a diversidade de linhagens de cultos de candomblé e suas ancestralidades, e salientou o papel desses terreiros no processo de territorialização negra. Foram mostrados como espaços de reafirmação de identidades culturais, aglutinação de populações excluídas, locais de saberes, fazeres, crença e espaços de resistência e afirmação cultural do povo negro.

A exposição foi finalizada com uma vitrine contendo seis orixás confeccionados pela artista e Yalorixá de candomblé Milah Gouveia, representando os terreiros inventariados pelo Projeto "Lugares de Axé"¹³. São obras feitas em bonecos articulados e

¹³ Os orixás retratados foram Omolu, Nanã, Odé (Oxossi), Oyá (Yansã), Ogum e Oxum. Três dessas seis casas inventariadas são regidas pelo orixá Yansã e, em função disso, a artista optou em representar na exposição, duas casas com os orixás de seus respectivos herdeiros. Justificou essa escolha uma vez que no candomblé, quando o sacerdote responsável pela casa falece, é substituído por herdeiro definido pelos próprios orixás através de jogo de búzios.

foram inspirados nas imagens dos acervos pessoais dos herdeiros dos terreiros, buscando assemelhar-se ao máximo com o personagem original da foto – no porte físico, características pessoais, indumentária, paramentação e adereços.



Imagem 4: Painel “Lugares de Axé” e Personalidades Negras Paranaenses

A exposição buscou demonstrar que o patrimônio cultural material e imaterial dos povos negros está permeado nos usos e costumes dos saberes e dos fazeres, na conformação da língua, nas manifestações religiosas e sincréticas que foram construídas por resistência e por confrontação. Ele não está estigmatizado sob o peso do folclórico, mas se perpetua por meio agenciamento histórico e contemporâneo das comunidades negras. Suas histórias estão nos territórios de resistência dos quilombolas, na memória dos

Representando os orixás dos herdeiros das respectivas casas, buscou trazer também o simbolismo da ancestralidade e continuidade das tradições do candomblé.

clubes sociais negros, no seu trabalho de construção de ferrovias, edificações e calçadas, na representação do Iroko em meio à Praça central, na capoeira, no samba, carnaval e no futebol, e nas tradições orais e religiosas mantidas por terreiros de candomblé e umbanda.



Imagem 5: Vitrine Orixás – “Lugares de Axé”

Reflexões sobre o patrimônio cultural dos povos negros

Um dos maiores desafios para a exposição idealizada pelo GT foi o curto prazo de pesquisa e produção do material expográfico. A equipe técnica do museu possuía um grande volume de trabalho e desdobrava-se em uma série de tarefas. Durante todo o ano de 2018, o diretor implementou como meta para o fim de sua gestão, a reformulação de grande parte do circuito de longa duração: adaptar a expografia, a narrativa de exposições já existentes e inserir novos temas¹⁴. A ideia inicial da direção era inaugurar a exposição de Culturas Negras no Paraná em setembro junto com as comemorações do aniversário da instituição¹⁵, contudo em função da grande quantidade de material expográfico a ser produzido, com a reduzida equipe técnica do Museu e de design da Secretaria de Estado da Cultura, as exposições tiveram diferentes momentos de inauguração. Culturas Negras no Paraná foi inaugurada em 4 de dezembro de 2018.

Concomitantemente a elaboração desta exposição, duas integrantes do GT Geslline Giovana Braga e Brenda Santos sugeriram ao diretor a realização de uma exposição temporária retratando os “Clubes Sociais Negros”. Esta exposição foi inaugurada em novembro, em comemoração ao Mês da Consciência Negra, e serviu para fortalecer o movimento de reivindicação sob o registro dos Clubes como patrimônio imaterial do Paraná, tendo sido encaminhado na ocasião da abertura, um pedido formal ao Secretário de Estado da Cultura e à Coordenação de Patrimônio Cultural do Estado para este registro.

Apesar dos esforços empreendidos pelo GT e pela direção do Museu Paranaense a fim de inserir as comunidades afro-paranaenses nos circuitos expositivos, a experiência dessas exposições indicou um alerta que já conhecíamos: a carência e inexiguidade de acervos relacionados aos negros na instituição, um reflexo de seu passado levantado neste relato.

No intuito de refletir sobre essas ausências, se colocam em discussão os sentidos construídos sobre o patrimônio (provenientes de uma narrativa colonizadora), bem como a ênfase dos museus em valorizar uma cultura material voltada à estética, ao exótico, ao

¹⁴ Dentre as reformulações estavam: pesquisas arqueológicas no Paraná, populações sambaqueiras, povos Proto Jê e Missões Jesuíticas, temas atribuídos ao Setor de Arqueologia. Da parte concernente ao Setor de Antropologia, coube a reformulação sobre as populações indígenas e a inserção do tema Cultura Popular no estado. Ao Setor de História, coube a reformulação de temas como: Tropeirismo, Colonização da região centro oeste do estado, Autoridade e Justiça, Conflitos Armados e Conflitos Agrários e Culturas Negras no Paraná.

¹⁵ O aniversário do museu, comemorado no mês de setembro, tornou-se tradição na gestão de 2011 a 2018. As comemorações envolveram atividades variadas como shows, aberturas de exposições, lançamentos de livros, mediações espontâneas e interações com o público por parte da equipe trajando roupas de época. Eram atividades que ocorriam aos domingos, dia que normalmente há um grande público em função da movimentação da tradicional feirinha do Largo da Ordem. Tratava-se de uma festa e confraternização que reunia a equipe e público.

genuíno e/ou autêntico e ao mercadológico. Nos museus, a representatividade da cultura material se desloca num espaço de disputa de poder decorrente de estratégias de visibilidade ou invisibilidade, pontuadas por questões políticas, econômicas, sociais, culturais e, atualmente às exigências do mercado artístico. Por muito tempo, os bens culturais de matriz africana foram silenciados nas instituições museológicas, perpetrando ações e práticas que legitimaram uma leitura e monopólio sobre o passado (BRITTO, 2016: 167).

Marcia Chuva considera que para uma mudança de paradigmas do campo patrimonial reprodutoras de narrativas colonizadoras, é preciso refletir sobre e transformar as práticas profissionais e políticas (CHUVA, 2013: 208). Nesse sentido, a metodologia de organização das coleções, a política de aquisição e a própria missão institucional dos museus devem ser questionadas de maneira a integrar e promover memórias e patrimônios culturais voltados aos protagonismos, culturas e histórias dos grupos por eles mesmos.

Aos museus históricos, em especial os instituídos num período de formação de memória e patrimônio nacional, compete o exercício de repensar suas coleções, exposições e políticas de aquisição, sobretudo o seu papel social e pedagógico para a inclusão e representatividade dos povos negros. Cabe aos museus pensar em quais memórias preservar, valorizar e difundir. É preciso não somente contar histórias plurais e inclusivas, mas principalmente, questionar o estigma que permeou essas instituições sob o prisma de identidade nacional e regional. É preciso descolonizar os museus.

REFERÊNCIAS

BRITTO, Clovis Carvalho. Coleções, Museus e Patrimônios das Culturas Negras. **Revista Mosaico**, v. 9, n. 2, p. 167-170, jul./dez. 2016.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013. 202 p.

CARVALHO, Tatiane Valeria Rogerio de. **O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: memória e esquecimento**. Tese de Doutorado em Letras, Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44171/R%20%20T%20%20TATIANE%20VALERIA%20ROGERIO%20DE%20CARVALHO.pdf?sequence=1>

CHUVA, Marcia. “Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil”. In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). **90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013. pp. 197-210.

FELIPE, Delton Aparecido. **Patrimônio Cultural Negro no Paraná: Lugares, Celebrações e Saberes**. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 117-134 2015 117. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/download/5587/3498>

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes & RAMOS, Renê Wagner. “Afro-brasileiros no Museu Paranaense: silêncios, demandas públicas e ressignificações” In: **Revista Observatório**, Palmas, vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p113>. Acessado em 12 de outubro 2019.

MORALES, Martha Helena Loeblein Becker. **Fragmentos de história: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica**. Curitiba: SAMP, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de & SANTOS, Rita de Cássia Melo. “Descolonizando a ilusão museal - etnografia de uma proposta expositiva” In: OLIVEIRA, João Pacheco de & SANTOS, Rita de Cássia Melo (orgs). **De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

PASSOS, Joana Célia dos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do; NOGUEIRA, João Carlos. **O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso**. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 195-214, Apr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862016000100011>. Acessado em 12 de outubro 2019.

RIBEIRO, Antonio Pinto. “Podemos descolonizar os museus?” In: Ribeiro, A.S., & Ribeiro, M.C. (Orgs.). **Geometrias da Memória: configurações coloniais**. Porto: Edições Afrontamento e Autores, pp. 95-111. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/48390/1/Podemos%20descolonizar%20os%20museus.pdf>. Acessado em 12 de outubro 2019.

SIMÕES, Débora de Souza. “Museus Comunitários no Brasil: descolonizando o pensamento museológico” In: **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 03, ed. Especial, dez., 2017, artigo nº 605. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v3i3.605>. Acessado em 12 de outubro 2019.

ZUBARAN, Maria Angélica & MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues. “O que se expõe e o que se ensina: representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul”. In: **Momento**, v. 22, n. 1, p. 91-122, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/download/4225/2736>. Acessado em 12 de outubro de 2019.